

## A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DO BAIRRO NOSSA SENHORA DA LUZ EM MORRO DE SÃO PAULO (BA): IMPACTOS SOCIAIS DA GENTRIFICAÇÃO TURÍSTICA<sup>11</sup>

THE SOCIO-SPATIAL DYNAMICS OF THE NOSSA SENHORA DA LUZ NEIGHBORHOOD IN MORRO DE SÃO PAULO (BA): SOCIAL IMPACTS OF TOURIST GENTRIFICATION

**Rafaela Luiza da Paixão Ferreira<sup>12</sup>**

[rafaelaluiza597@gmail.com](mailto:rafaelaluiza597@gmail.com)

**Francisco Xavier da Silva Júnior<sup>13</sup>**

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA

[francisco.xavier@ifba.edu.br](mailto:francisco.xavier@ifba.edu.br)

**RESUMO:** Este artigo analisa os impactos socioespaciais da gentrificação no bairro Nossa Senhora da Luz, em Morro de São Paulo, buscando compreender como a expansão do turismo tem alterado suas dinâmicas locais. A partir de uma investigação quali-quantitativa, realizou-se uma pesquisa bibliográfica articulada às informações obtidas por meio de um questionário previamente estruturado, aplicado aos residentes do *locus* de pesquisa. Os resultados revelaram que o turismo, quando conduzido de maneira dissociada das necessidades sociais, produz uma série de efeitos prejudiciais, contribuindo para processos de exclusão territorial. Assim, o presente trabalho destacou a urgência de ampliar o debate acerca da gentrificação turística e de formular estratégias de gestão urbana que assegurem dignidade às comunidades nativas.

**Palavras-chave:** Gentrificação turística; Dinâmica Socioespacial; Morro de São Paulo.

**ABSTRACT:** This article analyzes the sociospatial impacts of gentrification in the Nossa Senhora da Luz neighborhood, in Morro de São Paulo, seeking to understand how the expansion of tourism has altered its local dynamics. Based on a quali-quantitative investigation, a bibliographic review was carried out and articulated with information obtained through a previously structured questionnaire applied to the residents of the research locus. The results revealed that tourism, when conducted in a manner dissociated from social needs, produces a series of harmful effects and contributes to processes of territorial exclusion. Thus, this study highlights the urgency of broadening the debate on tourism-driven gentrification and formulating urban management strategies that ensure dignity for native communities.

**Keywords:** Touristic gentrification. Sociospatial dynamics. Morro de São Paulo.

---

<sup>11</sup> Este trabalho foi resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido no Curso de Guia de Turismo Regional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Valença

<sup>12</sup> Egressa do Curso Técnico em Guia de Turismo Regional pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Valença. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4610-7439>

<sup>13</sup> Professor do Curso Técnico em Guia de Turismo Regional pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Valença. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2577-0963>

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do turismo tem se intensificado de forma expressiva nas últimas décadas, configurando-se como um fenômeno mundial de grande relevância financeira. Tal expansão promove profundas alterações na dinâmica socioespacial dos municípios em que essa prática se faz presente, uma vez que impulsiona processos de reconfiguração urbana, fomenta a modernização das infraestruturas e redefine os fluxos populacionais e os vínculos comunitários locais (PAIVA; VARGAS, 2016). Nesse contexto, a atividade turística vem se manifestando como um elemento basilar das mudanças geográficas contemporâneas, dado que o turismo se utiliza do território enquanto agente condicionador do seu uso (CARLOS; CRUZ; YÁZIGI, 2000).

Esse reordenamento associado ao desenvolvimento do turismo é orientado predominantemente para satisfazer as expectativas e necessidades dos fluxos turísticos e dos agentes econômicos vinculados ao setor, em detrimento dos interesses das populações nativas (KRIPPENDORF, 2003). Sobre esse viés, percebe-se a priorização de investimentos em equipamentos e serviços destinados ao consumo e ao “olhar do turista”, tais como empreendimentos hoteleiros, centros comerciais e espaços de lazer, enquanto as ferramentas fundamentais à qualidade de vida dos moradores locais permanecem, na maioria das vezes, precarizadas (URRY, 2001).

Essas transmutações socioespaciais, geradas pelo aumento da circulação do capital e de uma população flutuante, acabam ocasionando reordenações em determinadas áreas, as quais passam a ser ocupadas por grupos de maior poder aquisitivo, enquanto prejudicam os coletivos autóctones. A esse movimento dá-se o nome de gentrificação (AMORIM; RIBEIRO, 2021). A gentrificação tornou-se bastante evidente em diversos destinos do litoral baiano durante o começo dos anos 1990, por meio da consolidação do segmento Sol e Praia. De acordo com Cruz (2000, p. 34), “este fato não se constitui, na verdade, uma mera coincidência, já que o turismo de massa requer infraestrutura turística e infraestrutura-suporte (isto é, urbana). Ainda que precária, essa infraestrutura-suporte esteve, no caso brasileiro, especialmente concentrada na faixa litorânea.”

Esse movimento tem sido amplamente discutido por diferentes estudiosos. A título de exemplo, Nova (2018) demonstrou como o aumento da afluência de turistas contribuiu para a expulsão progressiva de populações originárias em Porto de Galinhas (PE). Na Bahia, constata-se um quadro semelhante no município de Maraú,

onde a gentrificação e a pressão sobre os recursos naturais vem redefinindo as formas de apropriação e permanência no território (ARAÚJO *et al.*, 2017).

No distrito Morro de São Paulo, o território foi modificado em função da solidificação do turismo na região do Arquipélago de Tinharé. Por conta da realização de requalificações paisagísticas, houve uma acentuação da especulação imobiliária em propriedades próximas às praias. Nesse cenário, destaca-se o Loteamento Nossa Senhora da Luz, popularmente conhecido como Buraco do Cachorro, área que emerge como reflexo direto do crescimento desordenado do destino e que se origina a partir da migração das comunidades costeiras em direção a terrenos mais periféricos, afastados do mar (JARDIM, 2008).

## **1 METODOLOGIA**

### **1.1 Levantamento Bibliográfico**

A presente pesquisa caracteriza-se como explicativa, com abordagem mista, integrando métodos qualitativos e quantitativos. Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico, com o objetivo de embasar teoricamente a investigação acerca dos impactos sociais desencadeados pelo avanço da turistificação em Morro de São Paulo. O mapeamento incluiu apenas trabalhos encontrados a partir de averiguações em português e as fontes consultadas incluíram livros de referência na literatura da área, mas priorizou-se, sobretudo, a leitura de artigos científicos.

Foram previamente definidos três descritores centrais que orientaram todo o processo de prospecção: “Dinâmica socioespacial do turismo”, “Gentrificação turística” e “Impactos sociais do turismo”. Tais termos nortearam buscas sistemáticas nas bases Google Acadêmico, SciELO, Periódicos Capes e Publicações de Turismo nos últimos cinco anos. A partir dessa apuração, foram selecionados os estudos mais alinhados ao arcabouço da pesquisa. Dentre os artigos analisados, 16 foram efetivamente utilizados para a elaboração do referencial teórico. Os resultados obtidos a partir do levantamento estão sintetizados no quadro 1.

**Quadro 1:** Quantitativo de artigos registrados em bases de dados

Base de dados de periódicos científicos	Quantidade de artigos encontrados por palavra-chave				
	Área do conhecimento	<i>Geografia</i>	<i>Educação</i>	<i>Antropologia</i>	<i>Turismo</i>
Google Acadêmico		20	13	1	32
SciELO		8	1	1	9
Periódico Capes		5	1	2	5
<i>Publicações de Turismo</i>		0	0	5	0
<b>Total</b>		33	15	9	46

Fonte: elaboração própria (2025)

Apesar de sua relevância social e espacial no contexto de Morro de São Paulo, o bairro Nossa Senhora da Luz permanece pouco explorado pela produção acadêmica. A literatura existente é escassa e, em geral, limita-se a descrições pontuais de caráter turístico ou informativo, evidenciando uma lacuna significativa de estudos sistemáticos sobre o território.

## 1.2 Lócus de Pesquisa

A escolha do lócus desta pesquisa se valida pela própria delimitação do objeto de estudo: ao buscar identificar os impactos sociais da gentrificação induzida pelo turismo no cotidiano dos moradores de Nossa Senhora da Luz (figura 2), não haveria outro território mais pertinente à perscrutação senão aquele no qual tais processos se materializam.

**Figura 2:** Vista do Bairro Nossa Senhora da Luz

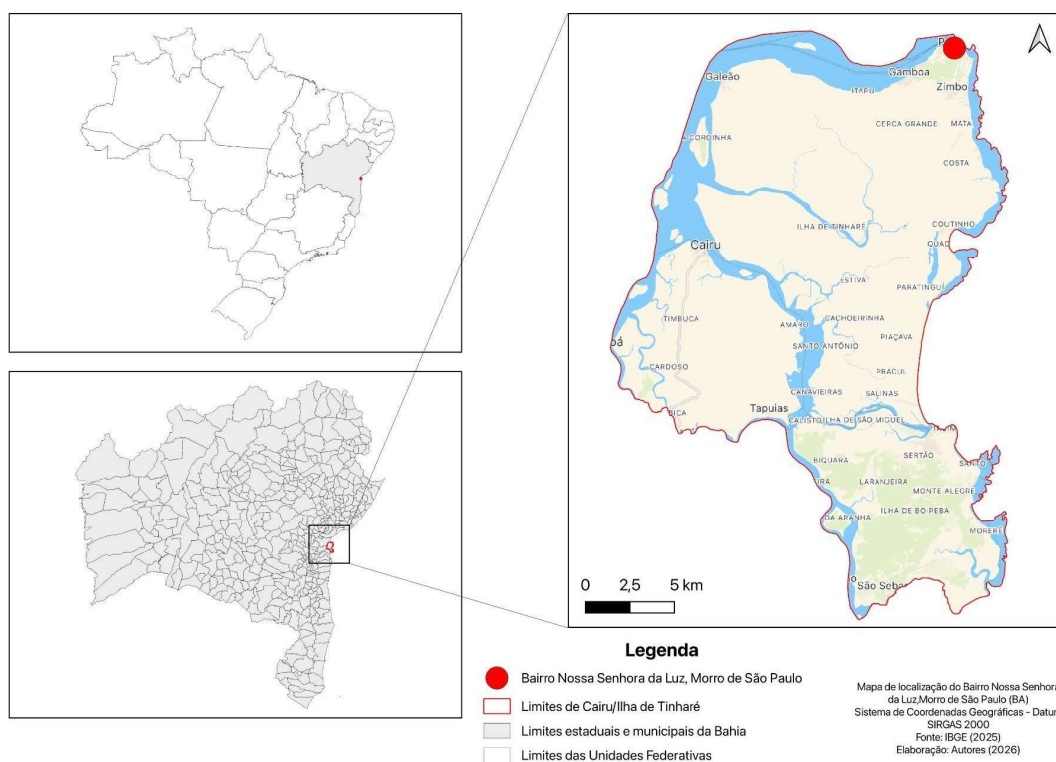


Fonte: arquivo pessoal dos autores (2025)

Tal processo de ocupação deu-se de maneira desordenada e à margem do

planejamento urbano, culminando na proliferação de edificações precárias e na conformação de um adensado aglomerado habitacional. A configuração espacial conferiu à região traços análogos aos observados em outras zonas periféricas brasileiras, caracterizadas pela irregularidade do traçado urbano, pela elevada proximidade entre as moradias e pela insuficiência das infraestruturas básicas. Essas similaridades, somadas ao perfil socioeconômico da comunidade, elucidam porque o *Buraco do Cachorro* e seus moradores têm sido relegados a uma posição de marginalidade e invisibilidade. O mapa 1 auxilia a posicionar o bairro na Ilha de Tinharé.

**Mapa 1: Localização do bairro Nossa Senhora da Luz**



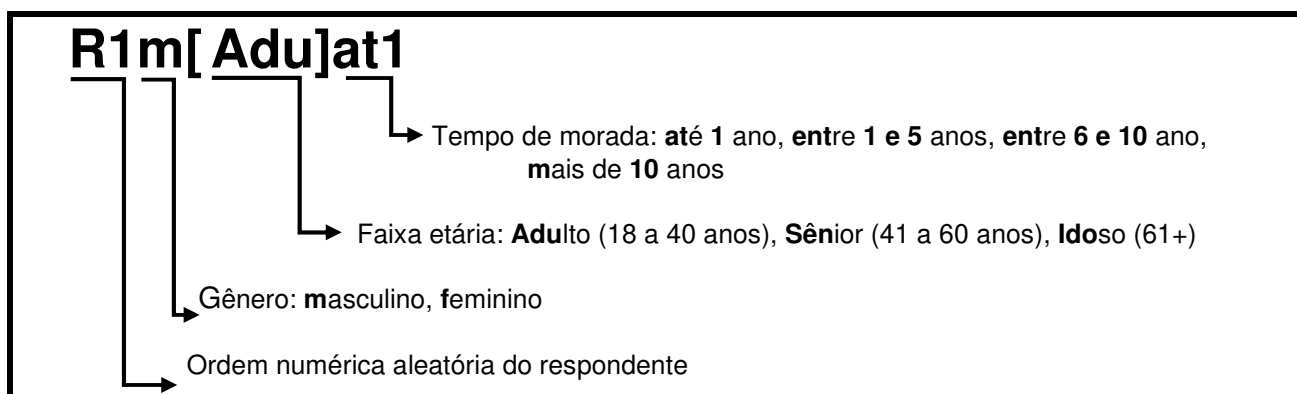
Durante a década de 1990, o segmento territorial do bairro passou a ser alvo de ocupações irregulares. A família Magno, então proprietária do terreno, optou por loteá-lo e comercializá-lo a preços acessíveis, temendo a perda da posse da área. Nesse mesmo período, a chegada massiva de investidores interessados em explorar economicamente os espaços próximos ao mar levou muitos moradores nativos a venderem suas propriedades. Parte dessa população migrou para o novo loteamento, dando origem à comunidade que hoje ocupa o local (JARDIM, 2008).

### 1.3 Instrumento e Universo de Pesquisa

A coleta se deu por meio de um questionário previamente estruturado, composto por catorze perguntas objetivas e uma pergunta aberta, cuja aplicação foi viabilizada por meio do método bola de neve, em consonância com a aceção de Vinuto (2014, p. 203), que define a técnica como “[...] uma forma de amostra não probabilística que utiliza cadeias de referência.” Quatro das questões objetivas tiveram como finalidade a compreensão do perfil socioeconômico. As demais perguntas foram elaboradas com o intuito de corroborar os impactos ocasionados pela intensificação da afluência de turistas e pela gentrificação derivada desse processo sobre os residentes do bairro.

A elaboração do questionário seguiu os preceitos dispostos na Lei nº 13.709, de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que estabelece normas rigorosas para o tratamento de dados pessoais, assegurando sua salvaguarda e garantindo a preservação da privacidade, da intimidade e da inviolabilidade das informações individuais. Para tanto, implementou-se um sistema de codificação dos participantes, estruturado de modo a disponibilizar apenas os dados essenciais à análise, conforme demonstrado na figura 1.

**Figura 1:** Código de identificação dos respondentes



Fonte: elaboração própria com base em Silva Júnior (2025)

A pesquisa de campo foi realizada nos dias 20 e 21 de setembro e em 2 de novembro de 2025, etapa que resultou na obtenção de 90 contribuições. Embora a maior parte dos registros tenha sido coletada presencialmente durante visitas ao território, uma fração das respostas foi auferida por meio do compartilhamento de

um formulário online, erigido pela plataforma *Google Forms*, possibilitando ampliar o alcance da investigação e incorporar percepções coletadas no intervalo entre os dias de campo.

A partir da primeira seção do questionário, observou-se que os dados referentes à idade e à identidade de gênero revelaram um conjunto populacional composto por indivíduos em idade produtiva e com distribuição de gênero equilibrada. No que concerne à faixa etária, verificou-se que 60% dos respondentes possuem entre 18 e 40 anos, enquanto 31,1% situam-se no intervalo entre 41 e 60 anos e apenas 8,9% têm mais de 60 anos. Essa predominância de adultos jovens e de meia-idade sugeriu que os moradores da região participam ativamente das atividades econômicas locais.

Os dados associados à autodeclaração racial e à renda mensal constituíram um elemento essencial para a compreensão dos modos de existência individual e comunitária dos moradores, situando as vulnerabilidades que os atravessam. Os resultados indicaram que 88,8% dos participantes se autodeclararam negros; desse percentual, 34,4% são pardos e 54,4% pretos. Entre os demais respondentes, 5,6% se autodeclararam brancos, 4,4% amarelos e 1,2% indígenas. Esse predomínio de afrodescendentes demonstrou a forte presença de grupos historicamente marginalizados em Nossa Senhora da Luz.

Associado a isso, observou-se que 71,1% dos respondentes possuem renda de até um salário-mínimo, enquanto 16,7% situam-se entre um e dois salários-mínimos, e apenas parcelas reduzidas apresentaram rendimentos mais elevados. Tal configuração revelou que o bairro é composto majoritariamente por pessoas de baixa renda, condição que, articulada ao recorte racial, permite compreender as desigualdades estruturais que potencializam a fragilidade dos residentes frente aos efeitos da gentrificação turística.

#### **1.4 Técnicas de Análise**

Para a análise dos dados oriundos da aplicação dos questionários, adotou-se, entre outros referenciais teóricos, as contribuições de Jost Krippendorf (1938–2003) e Neil Smith (1954–2012) como base. A abordagem crítica de Krippendorf permite compreender o turismo como uma prática fundamentalmente vinculada à lógica capitalista, cujos desdobramentos incidem diretamente sobre as populações autóctones, frequentemente submetidas a processos de descaracterização cultural,

mercantilização de seus modos de vida e crescente dependência econômica em relação à atividade turística.

Complementarmente, os aportes teóricos de Neil Smith, sobretudo sua concepção da gentrificação enquanto expressão concreta da reestruturação capitalista do espaço urbano, contribuíram para a leitura crítica das dinâmicas de expulsão de residentes originários e da redefinição simbólica dos territórios investigados. Assim, a articulação entre as perspectivas desses autores possibilitou uma interpretação mais estruturada dos impactos sociais derivados da gentrificação turística.

## **2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS**

### **2.1 Espaço, Turismo e Infraestrutura**

Sob a ótica de Milton Santos (2006, p. 225), o espaço é “[...] um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”. Para discernir essa definição, é necessário compreender os conceitos de “ações” e de “objetos”, bem como eles se diferenciam das “coisas”. Para Santos (2006), as coisas correspondem aos recursos naturais existentes, tais como rios, florestas, minerais e outros elementos do ambiente que se apresentam independentemente da ação do homem. Já os objetos são resultantes do trabalho humano exercido sobre os elementos da natureza. Embora se apoiem nas coisas, os objetos passam por processos de transformação, adquirindo funções que ultrapassam sua existência original e os constituem como produtos de elaboração social.

Prosseguindo a partir da perspectiva de Santos (2006), as ações são descritas como manifestações próprias da condição humana, motivadas por intenções e finalidades que derivam de necessidades, sejam elas inatas ou construídas. Ao se concretizarem, essas ações podem dar origem aos objetos, configurando-se enquanto instrumentos que estruturam tanto a esfera social quanto a física. Nas palavras do autor:

As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas. (SANTOS, 2006, p. 53).

A partir da análise desses conceitos, evidencia-se que o espaço não apresenta existência autônoma: os objetos dependem das ações para serem produzidos, ao

passo que as ações se constituem como expressões ontológicas do ser humano. Considerando que o espaço se forma a partir de uma articulação indissociável entre ambos, compreende-se que sua tangibilidade se compõe como produto da intervenção humana sobre a ordem natural. Trata-se, portanto, de uma construção que não apenas abriga a vida social, mas que é gerada por ela, sendo continuamente reorganizada pelas dinâmicas que nela se manifestam (SANTOS, 2006).

Entretanto, o espaço geográfico também se caracteriza como “[...] uma estrutura subordinada-subordinante” (SANTOS, 1978, p. 145). A partir dessa acepção, entende-se que o espaço não está unicamente sujeito às ações humanas e que compreendê-lo dessa forma levaria ao equívoco de considerá-lo apenas um produto derivado de atitudes individualistas. Essa leitura restringiria sua interpretação às práticas humanas isoladas, negligenciando a influência de macroestruturas econômicas e políticas. Portanto, torna-se necessário reconhecer que o espaço resulta da integração entre a agência dos indivíduos e os mecanismos estruturais referidos, os quais delimitam as diferentes formas de organização da conjuntura territorial (RAMOS, 2024).

Nesse contexto, o poder estatal exerce uma incumbência nodal ao promover a planificação do espaço, isto é, o remodelamento artificial e estratégico de sua composição, a fim de atender aos interesses vinculados à lógica mercadológica de produção (LEFEBVRE, 2000). Esse processo pode ser facilmente depreendido e exemplificado através dos acontecimentos ocorridos na Europa Ocidental durante a Primeira Revolução Industrial (1760–1840). Nesse período, a privatização das terras comunais engendrou o êxodo rural, fornecendo a mão de obra necessária para o funcionamento das novas fábricas. Essa migração do campo para a cidade não apenas impulsionou a urbanização, redefinindo a composição espacial e o cotidiano da população britânica, como também consolidou as bases de um novo modelo econômico na Inglaterra e nos países que se industrializaram posteriormente (HOBBSAWN, 2000). Assim, torna-se factível constatar que o espaço se estabeleceu como um instrumento essencial para a consolidação do capitalismo industrial, permanecendo central na sustentação e reprodução do modelo vigente, como aponta Harvey (2005, p. 142-143):

[...] suspeita-se — e muitas teorias do imperialismo asseveram — que, no século XX, a sobrevivência do capitalismo foi assegurada apenas pela transformação das relações espaciais e pela ascensão de estruturas geográficas específicas (como centro e periferia, Primeiro e Terceiro Mundos). As “ondas inovadoras”, que outros autores, influenciados por

Schumpeter, consideram fundamentais para a absorção dos excedentes de capital e força de trabalho ao longo do tempo tinham, muitas vezes, tudo a ver com a transformação do espaço: as ferrovias e os navios a vapor, as indústrias automobilística e aeroespacial, e as telecomunicações.

Para além das transfigurações impostas às estruturas geográficas que compõem o arranjo do espaço instrumental, o capitalismo também demonstrou sua capacidade de adequação e perenidade ao superar crises sistêmicas por meio do engendramento de novos setores ao circuito de produção. Desse modo, atividades antes consideradas externas à lógica capitalista, como a cultura e o lazer, passaram a ser mercantilizadas e integradas às dinâmicas de acumulação e consumo (LEFEBVRE, 2008). Nesse cenário, o turismo emergiu como um exemplo expressivo do processo de setorização, convertendo-se de uma prática essencialmente social em uma atividade econômica amparada por um complexo de equipamentos e serviços comercializáveis (ARAUJO; GODOY, 2016 apud MOESH, 2002).

Esses equipamentos como os meios de hospedagem, os estabelecimentos de alimentação e os espaços de lazer tornaram-se os principais responsáveis pela viabilidade da experiência dos visitantes, conferindo-lhes comodidade e acolhimento. No entanto, sua operacionalização pressupõe a presença de uma infraestrutura urbana capaz de assegurar a sua acessibilidade e eficiência. Essa infraestrutura abrange sistemas viários e de transporte, saneamento básico, abastecimento de energia elétrica, iluminação pública, coleta de resíduos, manutenção dos logradouros, serviços de saúde e outros elementos imprescindíveis para respaldar a habitabilidade do espaço (BENI, 2004).

É inegável que esses componentes vinculados ao turismo podem, em alguns aspectos, propiciar benefícios às comunidades autóctones. Os equipamentos contribuem para a ampliação das oportunidades laborais e para o crescimento da economia regional. Por sua vez, a infraestrutura urbana tende a repercutir positivamente sobre o cotidiano dos moradores, dado que seus dispositivos são passíveis de usufruto coletivo (JAFARI, 2005). No entanto, é importante destacar que a construção de empreendimentos turísticos também desencadeia a gentrificação dos territórios em que se localizam.

## **2.2 Gentrificação e Turismo**

Devido à intensificação do êxodo rural ocasionada pelos avanços na produção industrial, durante o século XVIII o continente europeu experienciou um aumento da

densidade demográfica em suas regiões urbanas. As áreas centrais das cidades passaram a apresentar elevadas concentrações populacionais e altos custos de ocupação. A partir do final da década de 1950, essas circunstâncias favoreceram um processo de descentralização, no qual diversas empresas se deslocaram para zonas mais periféricas. Como consequência, os grupos sociais de maior relevância financeira também se reestabeleceram nesses novos espaços suburbanos. Enquanto isso, o centro, gradualmente esvaziado e sucateado, passou a ser habitado por indivíduos de baixa renda (FURTADO, 2011).

Alguns anos depois, foram implementados projetos de renovação urbana que buscavam reverter esse quadro, incentivando o retorno das atividades econômicas e residenciais ao núcleo central. Paulatinamente, essas medidas levaram à expulsão dos moradores pertencentes aos coletivos menos abastados (FURTADO, 2011). Nesse contexto, em *London: Aspects of change* (1964), a socióloga Ruth Glass (1912–1990) criou o conceito de “gentrificação”, buscando denominar a desapropriação de bairros tradicionalmente ocupados pela classe operária londrina, ocorrência gerada pela chegada de segmentos da elite (GLASS, 1964).

O vocábulo original *gentrification* surge da junção do termo inglês *gentry*, que significa “pequena nobreza”, ao sufixo *-fication*, empregado na formação de palavras que indicam uma ação ou o resultado de algo. Assim, originalmente, o conceito também se refere às mudanças paisagísticas decorrentes da ocupação de determinados espaços pelos chamados “gentrificadores” (ALCÂNTARA 2018).

Apesar de ter sido nomeada apenas em 1964, a gentrificação é um fenômeno antigo que surge quase concomitantemente aos processos de urbanização. Historicamente, a dinâmica de expansão urbana tende a provocar efeitos sociais adversos sobre os mais pobres. Essa afirmação pode ser legitimada a partir da seguinte citação de Marx (1967, v. 1, p. 657) que, embora redigida no século XIX, permanece pertinente para a descrição do atual cenário das localidades abarcadas pelos impactos gentrificatórios:

A melhoria das cidades, acompanhando o crescimento da riqueza, através da demolição de quarteirões mal construídos, a construção de palácios para bancos, grandes depósitos etc., o alargamento de ruas para o tráfego comercial, para luxuosas carruagens e para a introdução dos bondes etc., erradicam os pobres para lugares escondidos ainda piores e mais densamente ocupados.

Após Glass (1964), a gentrificação continuou sendo conceituada por outros autores que adicionaram perspectivas hodiernas à definição original. Essas novas

contribuições podem ser divididas em três grupos. O primeiro descreve a gentrificação como um fenômeno isolado, concentrando-se na identificação das alterações na estrutura e nas preferências da população. O segundo enfatiza o papel das intervenções realizadas por instituições públicas e privadas, entendendo a gentrificação como um resultado direto de políticas urbanas e investimentos. Já o terceiro grupo concebe a gentrificação como um processo socioespacial, responsável por desencadear modificações multifacetadas nas cidades em que ela se faz presente (BERTI; GEVEHR, 2017 apud FURTADO, 2011).

Entre os autores que compõem a terceira vertente teórica, Neil Smith (1954–2012) se destaca por oferecer uma leitura que ultrapassa as interpretações meramente descritivas e evidencia as forças motrizes da gentrificação. Para Smith (2005), a gentrificação é um fenômeno pelo qual bairros ocupados por comunidades de baixa renda passam a ser reconstruídos a partir do ingresso do capital privado e da chegada das classes médias e altas. Contudo, esse movimento não representa apenas uma renovação urbana motivada pela mudança nos perfis de consumo da elite, como defendia o primeiro segmento de teóricos (BERTI; GEVEHR, 2017 apud FURTADO, 2011), mas sim a materialização da lógica de reprodução do capital no espaço geográfico, por meio da qual investimentos privados reconfiguram territórios, visando explorar as oportunidades de rentabilidade.

A acepção de Smith (2005) aparta-se daquela elaborada por Glass (1964) por ser um escrutínio orientado por ideais marxistas e por apresentar a concepção da teoria do *rent gap*, eixo em torno do qual sua análise estrutura-se. O *rent gap* designa a diferença existente entre o valor potencial da renda fundiária de uma determinada área urbana e o valor efetivamente capitalizado segundo seu uso atual. Em muitas cidades, determinadas áreas subalternizadas permanecem degradadas por longos períodos, enquanto outras se tornam alvo de investimentos contínuos. Como consequência, a renda obtida com a exploração econômica dos imóveis localizados nas zonas desvalorizadas reduz-se a níveis tão baixos que se torna profundamente inferior à renda potencial.

Quando essa diferença alcança patamares altos, especuladores identificam a oportunidade de adquirir propriedades por preços reduzidos, reformá-las e revendê-las por valores elevados. Essa conjuntura dá origem à gentrificação, uma vez que desencadeia a valorização das áreas antes negligenciadas e a substituição dos residentes primevos por grupos de maior poder aquisitivo (SMITH 2005).

Entre esses instrumentos destacam-se, sobretudo, as chamadas “regenerações”, um conjunto de ações promovidas pelo poder público, frequentemente em colaboração com o setor privado, que visa revitalizar áreas consideradas degradadas por meio da modernização de infraestruturas e do estímulo a novos usos econômicos e habitacionais do solo. Embora enunciadas como iniciativas benéficas, as regenerações não passam de um eufemismo para gentrificação, uma vez que ambos os processos reiteram efeitos igualmente nefastos: a recomposição do território e a subordinação do espaço geográfico às racionalidades da doutrina neoliberal (SMITH, 2006).

A partir da disseminação das políticas de regeneração, as alterações infraestruturais convertem-se num mecanismo fulcral para a promoção da gentrificação. Como mencionado na seção anterior a esta, a atividade turística pressupõe a existência de equipamentos e serviços respaldados por uma infraestrutura de suporte (BENI, 2004). Contudo, embora imprescindíveis para o desenvolvimento do turismo, esses aparatos também são a principal fonte dos problemas associados ao setor, como destaca Gotham (2005), criador do conceito de “gentrificação turística”.

A cidade de Nova Orleans, localizada nos Estados Unidos, experienciou a saída de empreendimentos fabris de suas regiões centrais durante as décadas de 1960 e 1970. Esse deslocamento resultou na redução das receitas fiscais, o que prejudicou o sistema econômico do estado da Luisiana. Visando solucionar essa agrura, o poder público passou a promover medidas regenerativas que propiciaram o crescimento do turismo, como a edificação de centros de convenções, museus, praças e parques de diversão (GOTHAM 2005).

Em um de seus trabalhos, Gotham (2005) investigou como a consolidação de Nova Orleans, como destino turístico, afetou negativamente o bairro Vieux Carré. Entre as mutações ocorridas, o autor destaca o aumento do custo de vida, a instalação de estabelecimentos comerciais voltados exclusivamente ao público de turistas e as mudanças na composição populacional, que passou a ser majoritariamente composta por indivíduos brancos. Essas alterações demográficas, comerciais e sociais, associadas à proliferação do turismo e capazes de transformar um bairro de classe média em um enclave de relevância, receberam o nome de “gentrificação turística”.

Historicamente, o turismo tem se mostrado nocivo às comunidades originárias por reproduzir padrões de exploração que atravessam diferentes contextos

(KRIPPENDORF, 2003). Os impactos sociais identificados por Gotham (2005) em Vieux Carré, como a intensificação da pressão inflacionária sobre itens essenciais, como alimentação, moradia e lazer, e a proliferação de empreendimentos orientados ao olhar do turista, não constituem singularidades daquela localidade. Nos mais diversos destinos turísticos, observa-se que o território é frequentemente apresentado por meio de narrativas idealizadas, cuidadosamente construídas para agradar ao visitante. Os espaços são adornados e transformados em um cenário no qual elementos indesejáveis são ocultados e aspectos considerados atrativos são enfatizados (URRY, 2001).

Nessas áreas artificialmente produzidas, a experiência é moldada menos pela realidade cotidiana e mais por uma versão romantizada da localidade. Tais espaços, que Krippendorf (2003) designa como “guetos”, são voltados unicamente à circulação do capital turístico, onde a presença do indivíduo autóctone torna-se esporádica, aparecendo apenas de maneira pontual, sobretudo na figura de trabalhador.

Nesse contexto, o trabalhador nativo ocupa uma posição profundamente ambígua. Embora seja diretamente afetado pelos desdobramentos do turismo, que frequentemente intensificam a precarização das condições de vida no seu local de residência, ele também se vê dependente da própria indústria turística para assegurar sua subsistência (KRIPPENDORF, 2003). Essa sujeição manifesta-se, em grande parte, na inserção em subempregos marcados pela informalidade, pela baixa remuneração e pelo difícil acesso a políticas de previdência social (SOARES, 2005). Além disso, a própria conjuntura econômica local torna-se igualmente atrelada aos ingressos monetários provenientes da exploração do destino. De acordo com Krippendorf (2003, p.75), o turismo:

[...] é visto como uma tábua de salvação para muitas regiões ditas afastadas. O único meio de frear o êxodo rural e melhorar as condições de vida da população nos lugares onde a agricultura não garante renda suficiente, onde a indústria não se implanta em razão de uma localização desfavorável e onde não haja nada mais a vender se não o sol, a paisagem, a neve ou o mar.

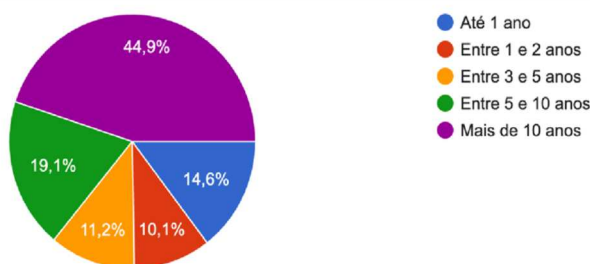
O avanço do turismo também promove a mercantilização e o apagamento das tradições culturais das comunidades nativas (JAFARI, 2005), processo que contribui diretamente para a subordinação incremental da economia local ao setor turístico. À medida que a turistificação se expande, práticas tradicionais de geração de renda passam a ser marginalizadas ou substituídas por atividades orientadas ao consumo dos visitantes (KRIPPENDORF, 2003). Esse movimento acarreta não

apenas perdas simbólicas, mas também materiais, manifestas no enfraquecimento de sistemas produtivos identitários e ancestrais, como a pesca artesanal que tem desvanecido em algumas comunidades litorâneas devido aos impactos do turismo de sol e praia (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2008).

### 3. GENTRIFICAÇÃO TURÍSTICA SOB A PERSPECTIVA DOS MORADORES DO BAIRRO NOSSA SENHORA DA LUZ

Nos dias 20 e 21 de setembro e em 02 de novembro de 2025, foi realizada uma pesquisa de campo no bairro Nossa Senhora da Luz, ocasião que possibilitou a coleta de informações junto a 90 participantes. Para além das questões voltadas à caracterização do perfil socioeconômico dos respondentes, cujos resultados foram sintetizados no item 2.2, aplicou-se, ainda, uma série de questões destinadas à identificação dos efeitos decorrentes da gentrificação turística sobre a amostra investigada. O primeiro gráfico a seguir apresenta o tempo de residência no bairro dos entrevistados.

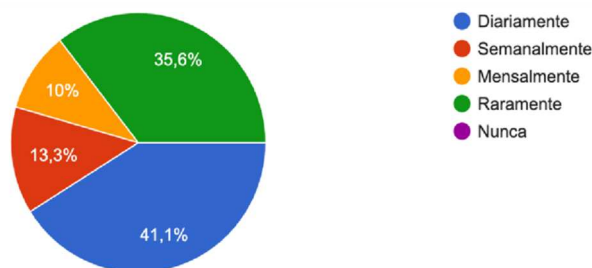
**Gráfico 1:** Tempo de residência no bairro Nossa Senhora da Luz



Fonte: dados da pesquisa (2025)

Constatou-se que 44,9% dos participantes afirmaram viver no bairro há mais de dez anos, enquanto 19,1% residem no território entre cinco e dez anos. Outros 11,2% indicaram uma trajetória de três a cinco anos no local e 10,1% habitam o bairro entre um e dois anos. Apenas 14,6% possuíam até um ano de residência. A expressiva proporção de moradores com mais de uma década de permanência evidenciou que grande parte da amostra é composta por indivíduos que, por meio de suas vivências, acumularam um conhecimento aprofundado sobre a atual dinâmica do bairro e sobre as transformações nele ocorridas ao longo do tempo. Em seguida, questionou-se sobre a regularidade com que os moradores se deslocam para os espaços turísticos de Morro de São Paulo (gráfico 2).

**Gráfico 2:** Periodicidade da circulação dos moradores em Zonas Turísticas

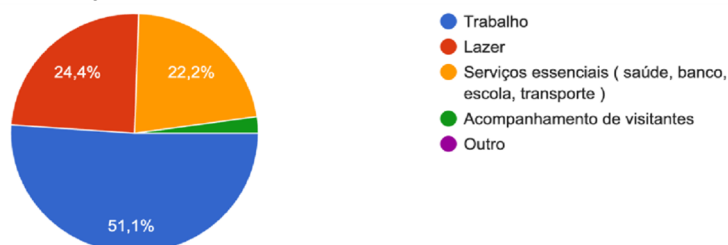


Fonte: dados da pesquisa (2025)

41,1% dos respondentes relataram frequentar a vila, as praias e outros pontos centrais diariamente, enquanto 35,6% o fizeram raramente, 13,3% semanalmente e 10% mensalmente. O percentual de 45,6%, resultante da soma dos 35,6% que circulam raramente com os 10% que o fazem apenas uma vez ao mês, demonstra que quase metade dos participantes mantiveram um contato reduzido com as zonas turísticas. Essa periodicidade de circulação indicou que tais áreas, embora concentrem grande parte da infraestrutura urbana necessária para a habitabilidade da ilha, não se constituem como espaços plenamente integrados ao cotidiano de uma parcela significativa da amostra.

Quando esses moradores foram questionados sobre os motivos de suas idas ao centro de Morro de São Paulo (gráfico 3), tornou-se evidente que a circulação dos residentes por áreas de afluxo turístico correspondeu preponderantemente a demandas laborais e de sobrevivência. Dos participantes, 51,1% afirmaram deslocar-se por razões de trabalho e 24,4% em busca de serviços essenciais, ao passo que apenas 22,2% frequentaram esses locais com finalidade de lazer.

**Gráfico 3:** Motivações do deslocamento dos moradores às Áreas Turísticas



Fonte: dados da pesquisa (2025)

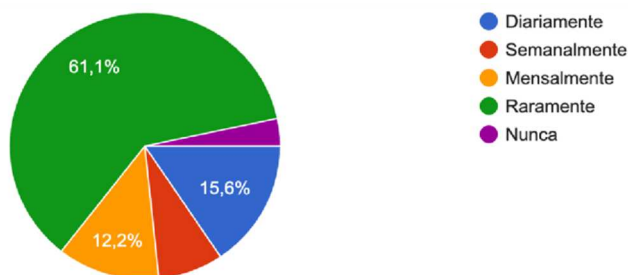
Cabe salientar que o reduzido percentual de deslocamentos voltados aos usos recreativos do território, exposto acima, é composto majoritariamente por indivíduos que declararam circular raramente pelas zonas turísticas. Essa informação denota que, mesmo entre a exígua parcela que utiliza os espaços

centrais para fins de lazer, tal uso se dá de maneira esporádica e limitada. A baixa inserção dos respondentes em espaços marcados pela presença de turistas escancara que essas áreas centrais não se configuram como ambientes homogeneamente compartilhados entre moradores e visitantes.

A partir da pergunta “Na sua opinião, os moradores do Buraco do Cachorro possuem as mesmas oportunidades de acesso aos espaços de lazer e consumo que os turistas?”, expressa esse contexto, uma vez que 87,8% dos participantes consideraram que não, enquanto apenas 12,2% acreditaram que sim. Esse acesso limitado aos equipamentos de lazer de Morro de São Paulo por parte da comunidade nativa configura-se como uma consequência direta da gentrificação turística.

O cenário situa-se diante de um quadro bastante semelhante ao analisado por Gotham (2005) em Vieux Carré, no qual a expansão contínua de empreendimentos desencadeia um processo de elitização que redefine os usos do núcleo central da localidade, acirrando as desigualdades no acesso à recreação. O gráfico 4 busca adensar esse contexto questionando a frequência de consumo em estabelecimentos das áreas turísticas.

**Gráfico 4:** Frequência de consumo dos moradores em estabelecimentos das Áreas Turísticas

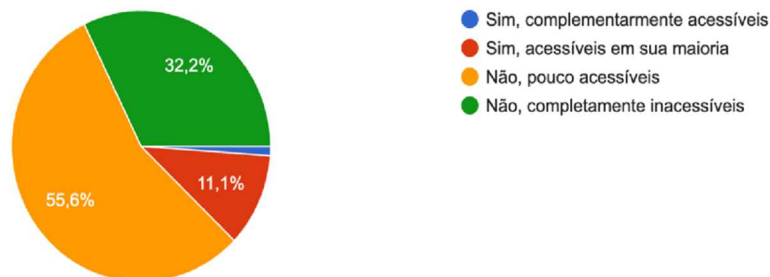


Fonte: dados da pesquisa (2025)

À luz da pergunta acerca da regularidade com que os moradores realizam compras em lojas, restaurantes e em demais estabelecimentos situados nas áreas turísticas (gráfico 5), observou-se um padrão de uso profundamente restrito. Do total de participantes, 61,1% afirmaram consumir raramente nessas zonas e outros 3,3% nunca o fizeram, asseverando que quase dois terços da amostra mantiveram uma relação comercial bastante limitada com o centro turístico. Em contraste, 15,6% realizaram compras diariamente, 7,8% o fizeram semanalmente e 12,2% mensalmente, percentuais significativamente menores quando comparados à predominância das respostas de baixa frequência. Dentro dessa lógica, o gráfico 5

apresenta a percepção de acessibilidade dos preços nos comércios do centro.

**Gráfico 5:** Percepção dos moradores sobre a acessibilidade dos preços nos comércios do Centro

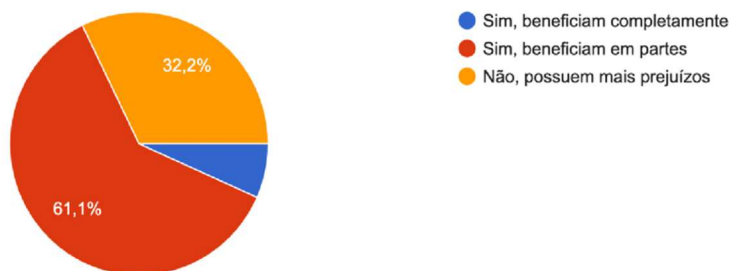


Fonte: dados da pesquisa (2025)

Quando questionados sobre sua opinião a respeito dos preços dos produtos e serviços ofertados nas áreas turísticas, os moradores demonstraram uma avaliação predominantemente negativa: 55,6% consideraram esses valores pouco acessíveis, 32,2% os classificaram como completamente inacessíveis, 11,1% afirmaram que são acessíveis em sua maioria e apenas 1,1% os perceberam como completamente acessíveis. Essa percepção alinha-se aos dados do Gráfico 5 e ao perfil socioeconômico apresentado previamente, no qual identificou-se que 71,1% dos respondentes possuem renda de até um salário-mínimo e 16,7% situam-se entre um e dois salários-mínimos, indicando que a realidade financeira da maior parte dos respondentes restringe de forma significativa seu poder de compra.

Ao serem indagados sobre a receptividade nos espaços turísticos por meio da pergunta “Você acredita que existem locais nas áreas turísticas em que os moradores de MSP não são bem-vindos?”, a maioria dos participantes relatou sentir-se preterida em determinados estabelecimentos. 77,8% dos respondentes reconheceram a existência de locais nos quais não se sentem acolhidos, ao passo que 22,2% indicaram não perceber tal exclusão. A compreensão dos moradores sobre os investimentos em infraestrutura turística revela uma tessitura marcada por ambivalências, como pode ser observado no gráfico 6.

**Gráfico 6:** Impacto dos investimentos em infraestrutura turística para a comunidade nativa



Fonte: dados da pesquisa (2025)

Para 61,1% dos respondentes, esses investimentos beneficiaram apenas em parte a comunidade nativa, pois, embora reconheçam alterações socioambientais decorrentes da atividade turística, também apontaram sua importância econômica, especialmente pela geração de empregos. Em contrapartida, 32,2% afirmaram que a alocação de tais recursos não trouxe benefícios concretos, defendendo que o retorno financeiro não compensa os prejuízos ocasionados no território. Apenas 6,7% acreditaram que a infraestrutura turística favoreceu completamente os moradores, sustentando que a economia local depende fortemente do turismo, a ponto de muitos não conseguirem sobreviver sem ele.

Em consonância com a conceituação de Krippendorf (2003), o exame crítico dos gráficos analisados até então demonstra a construção de guetos turísticos em Morro de São Paulo. Esse fenômeno é favorecido pela própria configuração territorial do distrito. A porção central da ilha opera como o principal sustentáculo do turismo, agrupando tanto a população flutuante quanto os equipamentos e prestadores de serviço vinculados ao setor, entre os quais se destacam as agências turísticas, os meios de hospedagem, as cafeteiras, os restaurantes noturnos, as casas de show, as barracas de artesanato, as lojas de trajes de banho, os carregadores e os condutores locais. Soma-se a esses elementos a infraestrutura de apoio, que compreende os pontos de acesso ao transporte marítimo, as atividades urbanas operacionais e os postos de atendimento médico.

A segregação socioespacial manifesta-se justamente porque esses mecanismos encontram-se rigidamente concentrados na vila e nas praias, áreas que passam a ser representadas de modo idílico e performático. Nessas zonas, os empreendimentos são estruturados para maximizar a extração de renda do turista, produzindo preços substancialmente elevados e pouco compatíveis com a realidade econômica da população autóctone. Esse processo de encarecimento restringe o usufruto dos moradores de Morro de São Paulo, que passam a evitar o centro não

apenas pela impossibilidade de arcar com os valores ali praticados, mas também em razão da sensação de não pertencimento.

Como consequência, os indivíduos nativos se aglutinam em áreas periféricas, como a Mangaba, o Zimbo e a Nossa Senhora da Luz, sendo este último o mais vulnerável entre os bairros. Nessas regiões, os autóctones residem, compram e desenvolvem práticas de sociabilidade e recreação, uma vez que os preços ali praticados se mostram mais compatíveis com suas condições financeiras. O deslocamento ao centro passa a ocorrer apenas para acessar serviços inexistentes nesses bairros e para o exercício laboral, como exposto no gráfico 3, posto que o turismo em Morro de São Paulo gera uma ampla gama de empregos pertencentes ao setor terciário.

As regenerações paisagísticas subsequentes da turistificação conferiram ao centro uma aparência padronizada, replicando configurações que podem ser observadas em outros destinos litorâneos baianos, como Itacaré, Porto Seguro, Boipeba e Barra Grande (LIMA, 2023). Além da uniformização visual, houve também uma perda cultural significativa: deslocada para áreas limítrofes, a comunidade autóctone passou a vivenciar um processo de desconexão com o mar e com as práticas econômicas e socioafetivas vinculadas a ele. Alguns moradores relataram esse processo, como pode ser observado nos discursos dos respondentes 2 e 52:

R2f[Sên]m10: Quando eu cheguei em Morro de São Paulo, nos anos 90, aqui só tinha a primeira praia; a segunda e a terceira tinham pouquíssimas pousadas. Eu vi o turismo transformar esse lugar. Antigamente, você ia na primeira ou na segunda praia e encontrava um monte de gente nos seus barquinhos, pescando com rede tarrafa. Pegava muita tainha, budião... tinha família que vivia só disso; eu trabalhava em cozinha na época, a gente comprava na mão dessas pessoas. Agora tem pesca, mas não é como antigamente.

R52f[Sên]m10: A floresta é um ecossistema. A praia é um ecossistema. O mangue é um ecossistema. E eu não vejo ninguém preservando isso. Aqui em Morro é só construção atrás de construção. Eu não entendo a taxa ambiental que eles cobram [...]. Depois que o turismo se estabeleceu, o governo parou de ligar para o meio ambiente. Os nativos também, porque agora ninguém tem tempo para isso; a gente não precisa mais da natureza, então pode jogar fora. São poucos os moradores aqui no Buraco que ainda pescam, que sabem armar um manzuá. Pra que preservar o mar, se é o turismo que dá o sustento?

O apagamento desses saberes tradicionais pode não ter sido deliberadamente arquitetado, porém revelou-se extremamente vantajoso para os grandes agentes econômicos coadunados à atividade turística. A economia das águas se mostra eficiente por constituir um sistema concebido pela comunidade,

voltado às suas próprias necessidades socioproductivas. Quando essa prática passa a ser considerada obsoleta diante das exigências do turismo, instala-se um regime marcado pela interdependência da população em relação a esse setor, o que se torna proveitoso para os donos de empreendimentos por ampliar a oferta de mão de obra.

Por conseguinte, a introdução de normas e procedimentos típicos da economia moderna enfraquece a capacidade de geração de renda local e desestrutura um sistema orgânico cuja valorização está ancorada no reconhecimento e na apreciação de uma produção comunitária antes consolidada.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise dos dados coletados observou-se que a difusão do turismo gerou transformações deletérias na estrutura econômica, social e espacial da localidade, sendo o aumento do custo de vida, a segregação socioespacial e o apagamento de práticas tradicionais os principais impactos elucidados. A partir das entrevistas realizadas, se deduziu-se que tais modificações repercutiram sobre aspectos materiais e imateriais, demonstrando como a inserção de novos atores externos pode ser nociva para a comunidade autóctone.

O estudo apresentou restrições que devem ser consideradas. Destaca-se, em primeiro plano, o curto período da pesquisa de campo, que resultou em uma amostra relativamente restrita, podendo limitar a amplitude das percepções coletadas. Adicionalmente, embora o foco do escrutínio tenha sido o bairro Nossa Senhora da Luz, reconheceu-se que o fenômeno da gentrificação turística não se restringe a essa repartição territorial, manifestando-se de maneira congênere em outros bairros do distrito de Morro de São Paulo. Tais nuances ressaltam a necessidade de cautela na extrapolação dos dados, ao mesmo tempo em que apontam para a complexidade e a abrangência do fenômeno estudado.

Para trabalhos futuros, recomenda-se a ampliação do *lócus* de pesquisa, incluindo não apenas bairros adjacentes impactados pelo turismo, mas também outros atores sociais, como indivíduos de ilhas vizinhas, cujas experiências podem revelar entraves adicionais à perpetuação da gentrificação. Propõe-se, igualmente, o aprofundamento das relações interbairros, investigando como os moradores dos diferentes territórios se articulam entre si e como essas interações se estabelecem também com os sujeitos que realizam migração pendular.

Dessa forma, somada a pesquisas posteriores, este trabalho buscou fornecer subsídios e elucidar contextos ignorados, para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à gestão do território, à preservação da memória coletiva e à mitigação dos efeitos adversos da afluência de turistas.

## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, M. Gentrificação. **Enciclopédia de Antropologia**, 2018.
- AMORIM, F.; RIBEIRO, E. (Orgs.). **Gentrificação**: primeiros ensaios. Araquari: Casa de Hiram, 2021.
- ARAÚJO, K. et al. Território, turismo e impactos no desenvolvimento local em Maraú-BA, Brasil. In: **Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia**, 41., 2017, Montevideo. Anais. Montevideo: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2017.
- ARAÚJO, R.; GODOY, K. O turismo como fenômeno sociocultural: reflexões para além da atividade econômica. In: **Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo**, 13., 2016, São Paulo: ANPTUR, 2016.
- BENI, C. **Análise estrutural do turismo**. 10 ed. São Paulo: Senac, 2004.
- CARLOS, A.; CRUZ, R.; YÁZIGI, E. (Orgs.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.
- CRUZ, R. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- FURTADO, C. **Gentrificação e (re)organização urbana em Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.
- GEVEHR, D.; BERTI, F. Gentrificação: uma discussão conceitual. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 5, n. 1, p. 85-107, 2017.
- GOTHAM, K. Tourism gentrification: the case of New Orleans' Vieux Carré (French Quarter). **Urban Studies**, v. 42, n. 7, p. 1099–1121, 2005.
- GLASS, R. **London**: Aspects of change. London: MacGibbon & Kee, 1964.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HOBSBAWN, E. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- JAFARI, J. El turismo como disciplina científica. **Política y Sociedad**, v. 42, n. 1, p. 39-56, 2005.
- JARDIM, E. Os impactos da atividade turística: O loteamento do Buraco do Cachorro

— Arquipélago de Tinharé (Bahia). In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambú, 2008. Campinas: Galoá, 2008.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2003.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Éditions Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MARX, K. **Capital**. New York: International Publishers, 1967.

NOVA, D. **Turistificação e Gentrificação**: uma análise dos processos de expansão da atividade turística à luz do empresariamento urbano. 2018. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade Damas da Instrução Cristã, Recife, 2018.

PAIVA, R.; VARGAS, H. (Orgs.). **Turismo, arquitetura e cidade**. Barueri: Manole, 2016.

RAMOS, É. A contribuição do pensamento de Pierre Bourdieu para perspectiva socioespacial em geografia: espaço, práticas espaciais e capital espacial. **Geusp**, São Paulo, v. 28, n. 2, e213809, 2024.

SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global. In: Bidou-Zachariassen, Catherine (Org.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-88.

SMITH, N. **The new urban frontier**: gentrification and the revanchist city. New York: Routledge, 2005.

SOARES, L. Turismo e trabalho informal: um binômio inevitável? **Revista Ibero Americana de Estratégia**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 89-98, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1978.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VASCONCELOS, F. P.; CORIOLANO, L. N. M. T. Impactos Sócio-Ambientais no Litoral: Um Foco no Turismo e na Gestão Integrada da Zona Costeira no Estado do Ceará/Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 8, n. 2, p. 259-275, 2008.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203–220, dez. 2014.